

Uso de reservas gera polêmica

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, poderá ter dificuldades para conseguir do Senado a autorização para o uso de reservas cambiais do País como garantia do acordo de US\$ 52 bilhões com os bancos estrangeiros. Os senadores Esperidião Amin (PPR-SC) e Eduardo Suplicy (PT-SP) encaram com desconfiança a utilização das reservas e têm dúvidas sobre a legalidade do acordo fechado, às pressas, quinta-feira, entre o Governo brasileiro e os bancos credores.

Amin chegou a dizer que o oferecimento das reservas por Cardoso foi motivado por sua pressa em concluir um acordo em tempo de se lançar candidato a presidente da República. "Acho que isto foi feito como esforço para facilitar a desincompatibilização do ministro", afirmou Amin. Ele avisou que o governo vai ter de dar explicações minuciosas sobre a operação ao Sena-

do. Na semana que vem, Amin, que é membro da Comissão de Assuntos Econômicos, proporá convocação do presidente do Banco Central para fazer um relatório à comissão. "Quero saber quanto o País vai gastar nessa bricadeira".

Suplicy também está preocupado com os custos das operações. Já que não se sabe quanto o País gastou ou gastará para adquirir as garantias (títulos do Tesouro norte-americano) no mercado. O Senado havia aprovado a compra dos títulos diretamente ao Tesouro dos EUA. "Esse acordo não pode afetar a capacidade de pagamento do País", alertou Suplicy. A emissão do Tesouro norte-americano não ocorreu por falta de um acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Caso o Senado aprove o acordo com os bancos, no dia 15 de outubro o Brasil fará o primeiro pagamento semestral, cujo valor o BC não quis informar.